



A questão da fome e a insegurança alimentar e nutricional no Brasil

Este texto é parte integrante de um livro que analisa e apresenta dados sobre o desmonte de políticas no Brasil (Cap. 2).

Autoras

Maria Marlene Marques Ávila

Naila Saskia Melo Andrade

Apresentação

Os textos aqui apresentados, compõem um conjunto de reflexões sobre os avanços e retrocessos ocorridos nas políticas sociais no Brasil, nas duas primeiras décadas do séc. XXI. O registro destas reflexões foram motivadas pelo momento político de disputa eleitoral que elegerá o presidente da República para o período 2023-2026, no qual se presencia uma extrema polarização da opinião pública, entre dois candidatos, os quais na verdade, em uma análise imparcial, não representam o novo, dado que já foram mandatários do país. Contudo, um vem de uma gestão que do ponto de vista das políticas sociais, lugar de nossas reflexões, foi desastrosa; o outro, teve duas gestões nas quais foram muitos os avanços neste campo.

Dessa forma, nosso intuito é contribuir para que um maior número de pessoas possíveis, tenham acesso a informações fidedignas sobre como se comportaram os governos de Luis Inácio Lula da Silva e Jair Messias Bolsonaro no tocante às políticas de asseguramento dos direitos humanos e sociais. Ressalte-se que ao tratar de tais políticas, o governo central cumpre obrigações assumidas mediante a Constituição Federal de 1988, sendo tal compromisso fundamental para a universalidade dos direitos sociais, como previsto na Constituição Cidadã, e essencial para promover equidade em um país de extrema desigualdade social como o Brasil.

Dado esse intuito, divulgaremos os textos à medida que os mesmos são produzidos, trazendo um apanhado geral sobre as políticas de segurança alimentar e nutricional, aí incluídas as que tratam da produção de alimentos e acesso à terra e às de saúde, além de um texto inicial que aborda como a questão da fome/insegurança alimentar foi tratada nos referidos governos.

Ao final, reuniremos os textos em um volume com potencial para subsidiar conhecimentos e discussões sobre os temas abordados, nos diferentes espaços onde pessoas se debruçam sobre tais questões, e buscam saber mais sobre direitos sociais e formas dos governos brasileiros assegurá-los, ou não.

As autoras formam um coletivo de mulheres que discute estas questões, seja pela atuação como docentes, estudantes, técnicas de programas sociais; seja pelo inconformismo mediante o cenário atual de retrocessos nos direitos conquistados e compreensão da urgente necessidade de articulação da

sociedade brasileira para elaborar e executar políticas estruturantes que promovam equidade e condições de vida digna à população brasileira, com olhar diferenciado para milhões de pessoas vivendo em insegurança alimentar.

Somos um grupo de mulheres inquietas que assumimos uma missão: Compartilhar com a sociedade brasileira a importância que cada um e cada uma de nós tem diante das decisões políticas de nosso país. Os textos que publicaremos em formatos visuais compatíveis com as redes sociais, posteriormente serão reunidos e publicados em formato de livro, por compreendermos que retratam parte importante de nossa história, que precisa ser registrada e preservada.

Nossa inquietação vem do fato que vivemos em uma democracia, que em sua definição mais conhecida, é o governo do povo, pelo povo e para o povo. Contudo, nossa democracia é representativa, e para fazer jus a essa definição, é condição essencial conhecermos nossos candidatos, aqueles em quem votaremos para nos representar, cuja missão principal é fazer o melhor para promover justiça e igualdade social, por meio de políticas públicas e projetos de governo coerentes com essa missão.

Estamos em um momento crucial de nossa história democrática, vários estudiosos definem nossa democracia como jovem, imatura. Portanto, precisamos fortalecê-la, consolidá-la, o caminho para isso passa necessariamente pelas escolhas políticas que faremos em outubro de 2022.

Com as reflexões aqui contidas, esperamos contribuir nessas escolhas!

As Autoras

A questão da fome e a insegurança alimentar e nutricional no Brasil

Podemos afirmar que existe fome no Brasil, desde a época da sua colonização pelos portugueses. É produto da forma como se deu a colonização que foi de exploração, em que além do uso irracional dos recursos naturais e da exploração da mão de obra de nativos, a produção agrícola, concentrada nas mãos de poucos produtores, priorizava os produtos de exportação em detrimento daqueles para o consumo interno.

Em virtude disso, grande a demanda pela exportação de café, e da cana de açúcar, substituiu-se a policultura, característica da alimentação típica dos colonos portugueses, pela monocultura, ou seja, a fome se origina da desigualdade que historicamente demarcou o processo político da formação da economia desde o período colonial (CASTRO, 1983).

As regiões Norte e Nordeste são as mais afetadas pela fome, fato que guarda relação com o desenvolvimento industrial do país iniciado nos anos 1930, sob o governo Vargas, concentrado na região Sudeste, principalmente no eixo Rio de Janeiro - São Paulo. No Nordeste especificamente, a fome foi sempre associada as secas que ocorrem periodicamente devido à irregularidade das chuvas, fato amplamente registrado por grandes autores brasileiros na literatura caracterizada como regionalismo nordestino, a exemplo do romance de Raquel de Queiroz abordando uma das piores secas do Ceará, a de 1915:

Dia a dia, com forças que iam minguando, a miséria escalavrava mais a cara sórdida, e mais fortemente os feria com a sua garra desapiedada. Só talvez por um milagre iam aguentando tanta fome, tanta sede, tanto sol. O comer era quando Deus fosse servido” (Queiroz, 2003, p.51)

No entanto, a literatura científica é coesa em afirmar que a fome é um problema multifatorial, que não está relacionado somente às condições climáticas de determinadas regiões, mas também à falta de assistência às populações rurais mais vulneráveis, sobretudo, no campo da assistência à produção agrícola, que deveria ser focada nas tecnologias sociais de convivência com o semiárido e atender a toda à demanda de pequenos agricultores desta região.

No campo científico, em 1946 temos o grande marco do estudo da fome no Brasil, o livro Geografia da fome - o dilema brasileiro: pão ou aço, onde Josué de Castro aborda a fome muito mais como consequência de fatores socioculturais que geográficos, mostrando que se insere em um quadro de subdesenvolvimento com uma economia ainda tipicamente colonial; afirma que um país continental, com a variedade de biomas como o Brasil, teria capacidade de produzir os alimentos necessários para nutrir sua população. Neste estudo, Castro divide o mapa da fome em área da fome (Norte e Nordeste), e área da subnutrição (demais Regiões). Por sua vez a área da fome se divide em fome endêmica (Nordeste açucareiro e Amazônia) por ser esta, permanente, e áreas de epidemia de fome, por esta ser transitória, característica do sertão nordestino. Já então, apontava entre as causas da fome endêmica o sistema de exploração da terra - monocultura da cana de açúcar por meio dos grandes latifundiários (CASTRO, 1983).

Apesar dessa compreensão do problema e do grande reconhecimento dado à obra e seu autor, que também apontou ser a questão da fome tratada de forma paliativa, esta continuou a ser abordada por meio de políticas assistencialistas a exemplo de outras políticas sociais brasileiras, o que significa que a abordagem da fome na maioria dos programas públicos, se pautava por uma visão imediatista e focalizada, ou seja, ações que visavam minorar os efeitos da fome entre alguns segmentos específicos (trabalhadores da indústria, grupo materno-infantil) sem alterar os fatores básicos desencadeantes da fome (CASTRO, 1983).

No contexto mundial, com a crise capitalista, na década de 1980 e a ascensão ao poder dos partidos políticos conservadores nos Estados Unidos, Inglaterra e Alemanha, ganham espaço as políticas de cunho neoliberal, ideário que logo se dissemina para demais países desenvolvidos e em desenvolvimento, o que traz consequências para as políticas sociais, dado que a prioridade com o equilíbrio fiscal e ajustes estruturais, deixa a margem as políticas que visam o bem estar social (RIBEIRO, 2005).

No Brasil, o seguimento da cartilha neoliberal pode ser exemplificado pela política social no governo de Fernando Henrique Cardoso, quando, na esfera da proteção social se dá um encolhimento do Estado (estado mínimo), parceria com o terceiro setor e mercado, além do apelo à solidariedade e ação

humanitária, desresponsabilizando o Estado, tirando o caráter de direito a ser assegurado por políticas sociais e reforçando o assistencialismo. Nesta configuração, o papel do Estado passa a ser reducionista e focalizado na população em extremas condições de vulnerabilidade social. Nesse contexto aprofunda-se a desigualdade e a exclusão social (YASBEK, 2004). Para essa autora as mudanças nas políticas sociais:

[...] tornam opacos os espaços de reconhecimento da pobreza e da exclusão social como manifestações da questão social brasileira, como expressões de relações sociais vigentes nesta sociedade e dessa forma como expressões da desigualdade estrutural do país (YASBEK, 2004. p.104-105).

Esse quadro de aprofundamento das desigualdades, se expressa ao nível do corpo em desnutrição e carências nutricionais que fragilizam o indivíduo, tornando-lhe mais suscetível a outras doenças, podendo vir a ser a causa básica da morte, principalmente entre crianças (ÁVILA, 2000). Dois inquéritos nutricionais de abrangência nacional realizados pelo IBGE, o primeiro em 1975, o Estudo Nacional de Despesa Familiar (ENDEF), o segundo em 1989, a Pesquisa Nacional sobre Saúde e Nutrição (PNSN), demonstraram entre as crianças menores de cinco anos, respectivamente, as prevalências de desnutrição de 18,4 e 7,1% - média nacional (MONTEIRO, 1995), ressaltando que a OMS considera aceitável o percentual de crianças com desnutrição crônica em torno de 3%. Proporcionalmente, entre 1970 e 1989 a mortalidade infantil se reduziu em 50% na região Sul, enquanto no Nordeste essa redução foi de apenas 28,1% (OLIVEIRA e MENDES, 1995).

A Pesquisa Nacional sobre Demografia e Saúde demonstrou uma redução dos casos de desnutrição aguda entre as crianças menores de cinco anos, embora 11% ainda apresentassem desnutrição crônica (BEMFAM, 1997). Conforme Monteiro (2000), no campo da alimentação, na década de 1980 o Brasil ainda convivia com a desnutrição em suas formas leve à grave, e com a alta prevalência de algumas carências nutricionais como a hipovitaminose A e anemia ferropriva. Entretanto estava entrando no período caracterizado como transição epidemiológica e nutricional, com declínio de algumas doenças como as parasitárias e infecciosas e aumento das prevalências das doenças crônicas não transmissíveis e da obesidade (MONTEIRO et al., 2000).

Essa evolução do quadro nutricional no país, reflete a melhoria de alguns indicadores sociais. Contudo, ao mudarmos a ótica e olhar não para o desfecho mais grave da fome – a desnutrição em suas formas leve à grave, e carências alimentares que podem deixar sequelas irreversíveis, a exemplo da hipovitaminose A – e olharmos para a situação de segurança alimentar e nutricional, o que abrange as condições às quais as famílias estão expostas que podem resultar na insegurança alimentar também classificada como leve, moderada e grave, temos no início dos anos 2000, pela primeira vez no país o retrato desta situação por meio da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Este estudo utilizou a Escala Brasileira de Insegurança Alimentar (EBIA) para mensurar a segurança alimentar e a insegurança alimentar, a qual é classificada como leve, quando há o medo de faltar alimentos para o consumo diário; moderada, quando já existe alguma restrição alimentar e grave, é referente à situação domiciliar em que pelo menos uma pessoa no domicílio passa/passou fome por falta de alimentos no domicílio no período investigado.

Conforme os resultados da PNAD publicada em 2004, 65% dos domicílios particulares no Brasil viviam em situação de segurança alimentar, enquanto em 34% havia insegurança alimentar, assim classificada: 18 % com insegurança alimentar leve; 9,9% com insegurança alimentar moderada e 7% com insegurança alimentar grave (IBGE, 2004).

Em 2009, os resultados do inquérito de segurança alimentar realizado como suplemento da PNAD demonstraram que havia segurança alimentar em 69,8% dos domicílios e insegurança alimentar em 30,2%, assim classificada: insegurança alimentar leve em 18,7% dos domicílios, nos quais viviam 40,1 milhões de pessoas; a situação de insegurança alimentar moderada ocorreu em 6,5%, dos domicílios, correspondendo a 14,3 milhões de pessoas; A proporção de domicílios particulares com moradores vivendo em situação de insegurança alimentar grave foi de 5%, o equivalente a 11,2 milhões de pessoas (IBGE, 2010).

A PNAD publicada no ano de 2013, demonstrou que em 77,4% dos domicílios brasileiros (áreas urbana e rural) havia segurança alimentar. Entre os 22,6% com insegurança alimentar, 14,8% tinha insegurança alimentar leve; 4,6% insegurança alimentar moderada e 3,2% insegurança alimentar grave. O estudo

mostrou ainda que 79,5% dos domicílios da área urbana tinham segurança alimentar, enquanto na área rural essa prevalência foi 64,7% (IBGE, 2013).

Esta série mostra o aumento das pessoas vivendo em situação de segurança alimentar entre os anos 1994-2013, período em que foram criados ou fortalecidos os programas voltados para a promoção da segurança alimentar e nutricional, bem como para a diminuição do número de pessoas em situação de extrema pobreza. Tais programas tiveram papel fundamental na melhoria da renda e garantia do acesso à alimentação das populações mais vulneráveis. À exemplo, tivemos o Programa Bolsa Família (PBF), o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), o aumento anual e sistemático do salário mínimo, as melhorias implementadas no Programa Nacional da Alimentação Escolar (PNAE), dentre outros, os quais contribuíram para a saída do país do mapa da fome no mundo.

Contudo, o retrocesso das políticas públicas de combate à pobreza, observado a partir de 2015, repercutiu no agravamento da situação de insegurança alimentar, é o que demonstram os estudos realizados pela Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar (Rede PENSSAN) em dois inquéritos realizados nos anos de 2020 e 2022, cujos resultados demonstraram que em 2020 a situação da fome no país tinha regredido ao mesmo patamar observado em 2004, segundo ano da primeira gestão de Lula e da implantação de programas impulsionadores da segurança alimentar. Conforme a Rede PENSSAN, em 2022 foi identificada uma situação ainda mais grave, o estudo, representativo de todo o território nacional, utilizou a EBIA, e demonstrou que a insegurança alimentar grave, isto é, pessoas passando fome, afetava mais de 33 milhões de pessoas, situação semelhante ao observado nos anos 1990 (Rede PENSSAN, 2022).

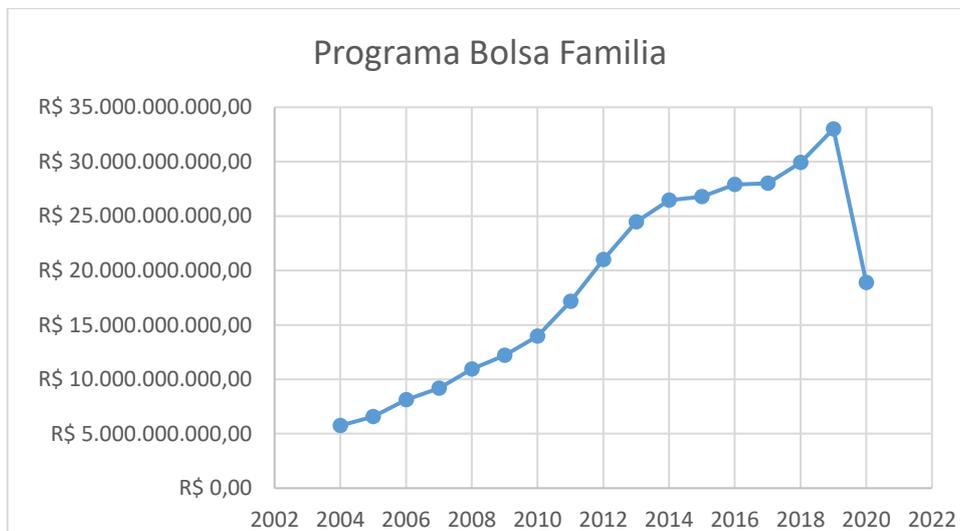
Assim como os demais programas sociais, depois do golpe parlamentar que destituiu a presidenta Dilma Rousseff, os programas de promoção da segurança alimentar foram paulatinamente sofrendo cortes no financiamento, como demonstrado adiante, ou ainda, alterações no desenho original e/ou nos órgãos executores, o que contribuiu para o quadro atual da situação de insegurança alimentar/fome.

O Programa Bolsa Família (PBF), criado em pela Lei nº 10.836/2004, teve como principal objetivo a transferência direta de renda as famílias em situação de vulnerabilidade socioeconômica. Ao longo dos anos, este programa

foi sendo aperfeiçoado, para atender melhor aos seus objetivos iniciais, à exemplo da titularidade do cartão ser obrigatoriamente em nome da mulher chefe de família, e também o recebimento do recurso passou a ser condicionado à presença das crianças na escola, e do acompanhamento periódico pelo setor saúde.

Considerando o período entre 2004 e 2014, é possível observar o crescimento ascendente dos recursos financeiros investidos na execução do PBF (Gráfico 1); no período de 2015 a 2019, os recursos continuam a crescer, mas não com a mesma intensidade do anos anteriores; em 2019, teve outro pequeno aumento, devido a pressão da população para que o recurso se mantivesse pois neste mesmo período, inúmeras famílias estavam enfrentando situações de insegurança alimentar e fome devido à crise sanitária e econômica instalada no país durante a pandemia da Covid-19. Contudo, em 2020, o recurso destinado a este programa sofreu uma queda vertiginosa.

Gráfico 1 – Valor anual destinado à execução do Programa Bolsa Família no período 2002-2022.

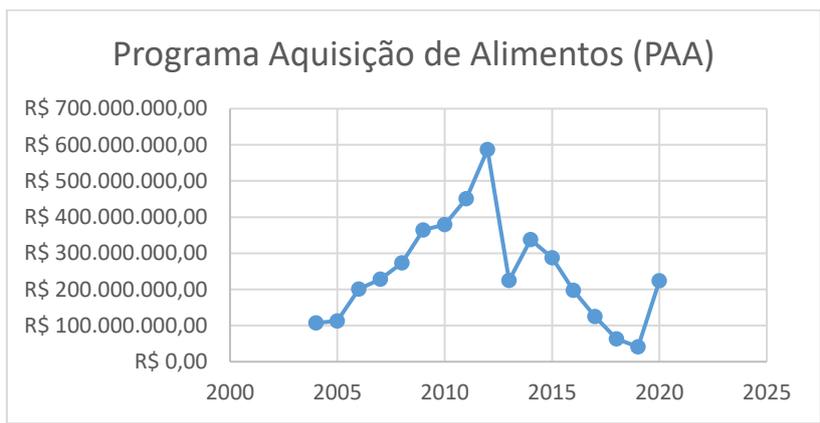


Fonte: Portal da transparência; SIGA Brasil.

O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), instituído pelo Art. 19 da Lei nº 10.696, de 02 de julho de 2003, no âmbito do Programa Fome Zero, foi responsável por duas ações extremamente importantes no âmbito da segurança alimentar e nutricional. A primeira delas foi buscar garantir a comercialização de produtos agrícolas produzidos por pequenos agricultores, e a segunda, a

garantia do acesso à alimentação para pessoas em situação de insegurança alimentar. Percebe-se a prioridade dada a este programa durante o governo Lula, pelo crescente valor executado a cada ano. Contudo, a partir de 2012, observa-se um declínio, conforme demonstrado no Gráfico 2.

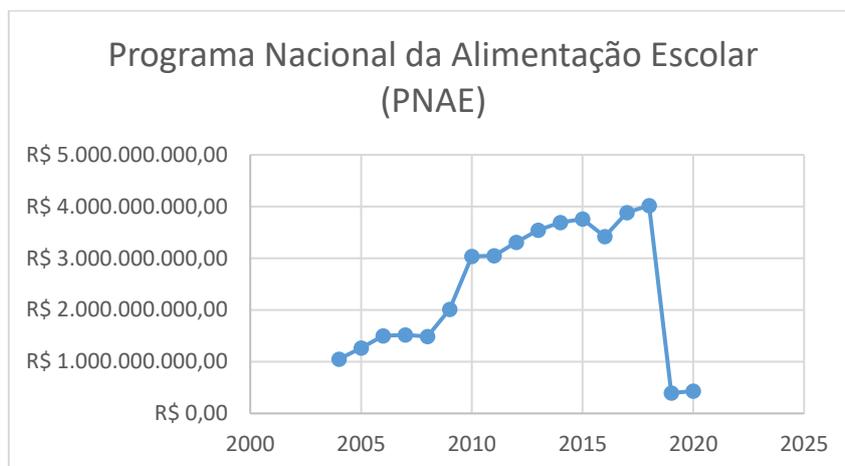
Gráfico 2 – Valor anual destinado à execução do Programa de Aquisição de Alimentos no período 2000-2020.



Fonte: BRASIL, 2014; CONAB 2020, 2021; IPEA, 2021

O Programa Nacional de Alimentação Escolar, instituído pela Lei nº 11.947/2009, implantado na década de 1950 no Brasil, com o nome de Campanha da Merenda Escolar, foi evoluindo ao longo de vários anos. Atende à estudantes das escolas públicas do Brasil por meio da oferta de alimentos. Nos últimos anos passou a ter como obrigatoriedade a aquisição de pelo menos 30% dos alimentos advindos da agricultura familiar, o que contribui para dois grandes objetivos da SAN, garantir a comercialização de pequenos agricultores e favorecer o acesso à alimentação para crianças, jovens e adolescentes. O Gráfico 3 demonstra a acentuada queda no financiamento do PNAE nos últimos anos.

Gráfico 3 – Valor anual destinado à execução do Programa Nacional de Alimentação Escolar no período 2000-2020.



Fonte: FNDE, 2016; NERO 2022.

O exposto neste capítulo, embora a demonstração da redução de recursos apenas em três programas da área de segurança alimentar, dá bem a medida do desmonte nas políticas sociais, iniciado com a instabilidade política vivida pelo país a partir de 2013, culminando com o golpe parlamentar que tirou a Presidenta Dilma Rousseff da presidência da República em 2016, ano a partir do qual, a situação se agravou sobremaneira. A face mais visível de tal desmonte é a restrição dos recursos financeiros arbitrariamente decididos pelo Governo Federal.

Além do não financiamento e dos cortes de recursos, houve também a substituição de servidores públicos, em muitos casos, técnicos com comprovada experiência e conhecimento para trabalhar com políticas sociais específicas, foram substituídos por profissionais sem o conhecimento necessário à boa gestão da política, a exemplo dos diversos cargos de gestão conferidos a militares de carreira, uma marca do Governo de Jair Bolsonaro.

A queda de recursos financeiros e a má gestão das políticas de proteção social tiveram impactos negativos na vida das pessoas sob vários aspectos. Na segurança alimentar e nutricional, como já citado, milhares de famílias brasileiras voltaram a vivenciar rotineiramente situação de insegurança alimentar em suas diferentes graduações. Além disso, houve um aumento dos conflitos socio territoriais da população em situação de rua e do êxodo rural dentre tantos outros problemas sociais (Mattos, 2020).

Outras políticas sociais importantes para a garantia da segurança alimentar também foram alvo de desmontes, por exemplo, a má gestão do Ministério do Meio Ambiente, o descaso com políticas, programas e órgãos que fazem parte do sistema de proteção e garantia de direitos humanos que incidem sobre populações socialmente vulneráveis, como a FUNAI, as políticas para mulheres, igualdade racial, entre outras.

Ademais, não poderíamos deixar de citar a crise da saúde pública, fruto do negacionismo do governo federal e da desastrada gestão no setor saúde, que resultou em mortes evitáveis de milhares de brasileiros e brasileiras por Covid-19.

Este cenário trouxe graves retrocessos em todos os avanços conquistados pelas políticas sociais garantidoras de direitos, os quais vinham sendo construídos e fortalecidos, sobretudo a partir dos anos 2000, além de fragilizar a jovem democracia brasileira.

Referências

ÁVILA, M.M.M. **Multimistura da alimentação alternativa: Mito ou realidade?** Fortaleza:FUNECE, 2000.

BEMFAM. Sociedade Civil Bem-estar familiar no Brasil. **Pesquisa Nacional. Brasil – Pesquisa nacional sobre demografia e saúde – 1996.** BEMFAM, 1997. Disponível em: <https://dhsprogram.com/pubs/pdf/fr77/fr77.pdf>. Acesso em: 02/07/2022.

BRASIL. Controladoria Geral da União (CGU). Portal da transparência do Governo Federal. **Banco de dados.** Disponível em: <https://www.portaltransparencia.gov.br/orcamento/despesas?paginacaoSimple=true&tamanhoPagina=&offset=&direcaoOrdenacao=asc&ate=2022&programa=1335%2C2019%2C5028&colunasSelecionadas=ano%2CorgaoSuperior%2CorgaoVinculado%2Cfuncao%2CsubFuncao%2Cprograma%2Cacao%2CcategoriaEconomica%2CgrupoDespesa%2CelementoDespesa%2CorcamentoInicial%2CorcamentoAtualizado%2CorcamentoRealizado%2CvalorEmpenhado%2CpercentualRealizado&ordenarPor=ano&direcao=desc>. Acesso em 28 de jul. de 2022.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e de Combate à Fome. **PAA: 10 anos de aquisição de alimentos.** Brasília, DF. MDS. Secretaria Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional; Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação, 2014. 280p.

BRASIL. Câmara dos Deputados. **SIGA Brasil.** Disponível em: <<https://www12.senado.leg.br/orcamento/sigabrazil>>. Acesso em 28 de jul. de 2022.

CASTRO, J. **Geografia da fome: o dilema brasileiro: pão ou aço.** 10ª edição revista. Rio de Janeiro: Edições Antares, 1983.

CONAB, Companhia Nacional de Abastecimento. Compêndio de Estudos Conab / Companhia Nacional de Abastecimento. **Agricultura Familiar Programa de Aquisição de Alimentos - PAA: Resultados das Ações da Conab em 2020.** v. 30. Brasília: Conab, 2021.

CONAB, Companhia Nacional de Abastecimento. Compêndio de Estudos Conab / Companhia Nacional de Abastecimento. **Agricultura Familiar Programa de Aquisição de Alimentos - PAA: Resultados das Ações da Conab em 2020.** v. 27. Brasília: Conab, 2020.

IBGE. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – Segurança Alimentar.** Rio de Janeiro: IBGE, 2004. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/monografias/GEBIS%20-%20RJ/segalimentar/suguranca_alimentar2004.pdf. Acesso em 13/7/2022.

IBGE. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – Segurança Alimentar 2004-2009**. Rio de Janeiro: IBGE, 2010. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv47241.pdf>. Acesso em: 13/7/2022.

IBGE. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – PNAD, Segurança Alimentar Ano: 2013**. Brasília: IBGE. Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação / Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. 2013. Disponível em: https://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/pesquisas/documentos/pdf/ficha_148.pdf. Acesso em 13/7/2022.

IPEA, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. **A evolução do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA): Uma análise da sua trajetória de implementação, benefícios e desafios**. Texto para discussão / Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Brasília; Rio de Janeiro, 2021.

MATTOS, L. M. As consequências do golpe parlamentar nas políticas públicas voltadas à agricultura familiar brasileira. **RP3 -Revista de Pesquisa em Políticas Públicas**. Brasília, 2020. Disponível em: <<https://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:fFo7aD9hIfoJ:https://periodicos.unb.br/index.php/rp3/article/download/34175/27600/84379+&cd=3&hl=pt-BR&ct=clnk&gl=br>>. Acesso em 08 de ago. de 2022.

MONTEIRO C. A.; BENÍCIO, M.H.A.; IUNES, R.F. et al. Evolução da agenda tradicional de saúde pública: deficiências nutricionais. In: Monteiro C.A. (Org.). **Velhos e novos males da saúde no Brasil: a evolução do país e de suas doenças**. São Paulo: Hucitec, 1995. Cap.3, p.93-114.

MONTEIRO. **Velhos e novos males da saúde no Brasil: a evolução do país e de suas doenças**. 2. edição. São Paulo: Hucitec; Nupens/USP, 2000.

NERO, D.S.M; GARCIA, R.P.M; ALMASSY JUNIOR, A. A. O Programa Nacional de Alimentação Escolar (Pnae) a partir da sua gestão de descentralização. **Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação**, 2022.

OLIVEIRA, L.A.P.; MENDES, M.M.S. Mortalidade infantil no Brasil: uma avaliação de tendências recentes. In: MINAYO, M.C.S. (Org.). **Os muitos Brasis, saúde e população na década de 80**. São Paulo: Hucitec, 1995. Cap. 9, p. 291-303.

QUEIROZ, R. **O quinze**. 93ª ed. Rio de Janeiro: José Olympio Editora. 2003. Disponível em: <https://ipegecc.com.br/qweqyda/uploads/2020/04/1%C2%AA-S%C3%89RIE-O-QUINZE-1.pdf>. Acesso em: 13/06/2022.

RIBEIRO, M.M. **Assistencialismo nas políticas sociais do Brasil nos anos 90**. 2005. Dissertação, 105f. Escola de Administração. Universidade Federal da Bahia.

Rede PENSSAN. **II Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da COVID-19 no Brasil** [livro eletrônico]: II VIGISAN: relatório final/Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar – PENSSAN. São Paulo, SP: Fundação Friedrich Ebert: Rede PENSSAN, 2022. Disponível em: <https://static.poder360.com.br/2022/06/seguranca-alimentar-covid-8jun-2022.pdf>. Acesso em: 02/07/2022.

YASBEK, M.C. O Programa Fome Zero no contexto das políticas sociais brasileiras. **São Paulo em perspectiva**, 18(2): 104-112, 2004.